

ou insensatamente acompanhada por críticas à chamada sociedade de consumo!). Um tipo de utilitarismo particularista, que não sabe distinguir as normas gerais e abstractas de justiça — subjacentes à ideia de liberdade sob a lei — dos objectivos particulares e concretos e da acção pública; e que não toma em conta, como a fizeram entre outros Hume e Kant, o que significa a concepção de governo das leis e não dos homens. Compreende-se assim melhor que os defensores deste tipo de utilitarismo sejam os mesmos que se manifestam contra os valores morais subjacentes ao mundo do comércio e do dinheiro: «o trabalho disciplinado, responsabilidade, assunção do risco, poupança, honestidade, cumprimento das promessas»³². Valores que são a pedra de toque do evolucionismo cultural de Hayek, que reabilita uma concepção evolutiva ou clássica do liberalismo, que acentua os 'limites da razão humana' e as forças da 'ordem espontânea', e lhe serve para denunciar todos aqueles para quem a luta contra a 'alienação' significa 'libertação' do peso (isto é, dos valores) da civilização e que por isso têm tantas dificuldades em aceitar os óbvios inconvenientes de ter que controlar, por meio de normas gerais, as reacções de hostilidade para com os estrangeiros e de solidariedade com os que são como nós ³³.

JOSÉ MANUEL LOPES DA SILVA MOREIRA *

³² HAYEK, *The Fatal Conceit*, p. 64.

³³ *Ibid.*, p. 65.

* Licenciaturas em Economia e em Filosofia. Mestrado em Filosofia (com tese sobre 'The methodology of economics' de Mark Blaug), Universidade Católica Portuguesa, 1984; Doutoramento em Filosofia (com tese, sob a direcção de Enrique M. Ureña, sobre a «Filosofia e metodologia da economia em F. A. Hayek ou a redescoberta de um caminho 'terceiro' para a compreensão e melhoria da ordem alargada da interacção humana»), Universidad Pontificia Comillas, Madrid, 1992. Vários textos publicados (no país e estrangeiro) no âmbito da 'história do pensamento económico', 'filosofia económica e política' e 'ética económica e empresarial'. Responsável, na Faculdade de Economia do Porto, pelas disciplinas de *História do Pensamento Económico* (5.º ano, do Curso de Economia) e *Ética e Deontologia Empresarial* (5.º ano, do Curso de Gestão de Empresas). Doutor em Economia pela Faculdade de Economia do Porto.

Lógica discursiva no comentário de S. Tomás de Aquino ao «de Anima» de Aristóteles

— A questão da afinidade entre o pensamento
escolástico e a arquitectura gótica *

*«Se a fé que comanda a teologia é superior
à simples opinião pela firmeza da adesão que a
caracteriza, ela é inferior à razão por ausência
de visão»*

(S. Tomás, S.T. I, qu. 67, art. 3)

Em 1967, ao ser publicada a tradução francesa da obra «Arquitectura gótica e pensamento escolástico» de Erwin Panofsky¹, obra datada de meados da década de 40, mas até então só conhecida por certos círculos universitários, sobretudo americanos, o público leitor europeu tomou mais clara consciência da possibilidade de se estabelecerem correspondências profundas entre diferentes formas de expressão cultural, no caso, o pensamento filosófico e a arquitectura, no contexto da Baixa Idade Média.

Esta temática apaixonou muitos meios intelectuais não só pela sua novidade teórica mas também pelas amplas implicações que provocava ao nível da História Cultural das Mentalidades, da

* Trabalho realizado sob orientação da Prof. Doutora Maria Cândida Pacheco, no âmbito do Seminário sobre Filosofia e Cultura nos séculos XII e XIII, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ PANOFSKY, Erwin — *Architecture Gothique et pensée scolastique*. Paris, ed. Minuit, 1967.

Sociologia da Cultura, da Antropologia e das Ciências Humanas em geral, caindo posteriormente num certo esquecimento, que se por um lado indicia um efeito de moda tão comum na intelectualidade europeia, por outro não deixa de estimular o seu repensamento como aqui me proponho, atendendo ao inquestionável interesse teórico que contém.

A um simples nível histórico-comparativo, Erwin Panofsky esboçou as linhas fundamentais de um paralelismo genealógico entre a arquitectura gótica e o pensamento escolástico. Assim foram definidas quatro etapas fundamentais:

— À Primeira Escolástica, dominada pelas figuras de Anselmo do Bec, Gilbert la Porré e Abelardo, e onde a metodologia de pensamento aponta já para novos rumos ainda não sedimentados, corresponderia a inédita acção teorizante de Suger de S. Denis em arquitectura. Isto num contexto geográfico circunscrito a um raio de 150 km à volta de Paris, e num contexto cronológico que abrangeria a primeira metade do séc. XII.

— À Alta Escolástica, onde emergem Alexandre de Hales, Alberto o Grande, Guillaume de Auvergne, S. Boaventura e S. Tomás de Aquino, período de ampla especulação teológica e filosófica e de elaboração das «Sumas» mais representativas, corresponderia a acção dos arquitectos Jean le Loup, Jean d'Orbais, Robert Luzarches, Jean de Chelles e Pierre Montereau bem como a construção das catedrais mais representativas do gótico clássico, como Chartres e Soissons. Neste período, que ocuparia a segunda metade do séc. XII e os três primeiros quartéis do séc. XIII, assiste-se ao amadurecimento da metodologia escolástica, ao predomínio da inspiração aristotélica na especulação filosófico-teológica, e do naturalismo escultórico na arquitectura.

— À fase final da Escolástica Clássica, onde se distingue a obra de Duns Escoto, período de vulgarização das «Sumas», da descentralização da Escolástica que atinge a França Meridional, a Itália, os Países Germânicos e a Inglaterra, e de um claro renascimento do agostinismo sobretudo nos meios franciscanos, corresponderia a fase final do Gótico Clássico, caracterizado por soluções técnicas mais híbridas, com a utilização de princípios pré-góticos assentes numa maior linearidade arquitectónica, e numa maior abstracção escultural.

— Finalmente, à Escolástica tardia, dominada pelo pensamento de Guilherme de Occam, mas onde não serão menos significativas as contribuições de Dante, Petrarca, Guido Cavalcanti e Mestre Eckart, e que revela uma progressiva abertura a um Humanismo pré-

-renascentista, centrado num maior subjectivismo e numa crítica aberta à especulação teocêntrica e formalista, corresponderia o Gótico tardio, plural na estilística, integrando um maior subjectivismo técnico, o início do perspectivismo nas representações pictóricas, que a partir de então estão muito mais presentes na arquitectura, como é o caso de Giotto e Duccio, particularmente em Itália. Isto durante um período que se estenderia desde finais do séc. XIII até finais do séc. XIV².

Estas correspondências aceitáveis não só pelo paralelismo cronológico evidente, mas também pelo paralelismo da dinâmica evolutiva das duas formas de expressão, permitir-nos-iam, pelo menos, entrever uma concomitância de processos histórico-culturais, eventualmente resultado de afinidades sociológicas compreensíveis: arquitectos e mestres conviviam ao mesmo espaço social, a cidade medieval. Aliás, como Panofsky afirma, era frequente os arquitectos irem às universidades, ouvir as questões quodlibetais, participar nas disputas.

No entanto, é ao abordar o tema de uma «Weltanschauung» comum, identificável nos seus conteúdos, que a reflexão de Panofsky se apresentou inovadora, já que pôs em relevo não só princípios de pensamento, mas também formas estruturais de inteligibilidade comuns à arquitectura e à filosofia. Portanto a questão ultrapassaria o domínio histórico ou sócio-cultural, para se centrar num nível epistemológico, ou mais especificamente no âmbito do que Michel Foucault designaria mais tarde como sendo a «épistémé» e o «campo epistemológico» de uma época³.

Neste sentido, ao referir a existência de uma «habit-forming-force» (que poderíamos traduzir por «força formadora de hábito») comum à arquitectura gótica e à escolástica, Panofsky pôs em evidência dois princípios epistemológicos também comuns a ambos: o princípio da clarificação e o princípio da conciliação dos contrários.

Do primeiro, recolheríamos a enunciação mais clara no próprio S. Tomás: «A doutrina sagrada serve-se da razão não para provar a

² *Ibidem*, p. 71-81.

³ É na obra *Arqueologia do Saber* que encontramos a melhor determinação do que M. Foucault entende por «ÉPISTÉMÉ»: Par «épistémè» on entend, en fait, l'ensemble des relations pouvant unir, à une époque donné les pratiques discursives qui donnent lieu à des figures épistémologiques, à des sciences, éventuellement à des systèmes formalisés. ... L'épistémè, ce n'est pas une forme de connaissance ou un type de rationalité qui, traversant les sciences les plus diverses manifesterait l'unité souveraine d'un sujet, d'un esprit ou d'une époque; c'est l'ensemble des relations qu'on ne peut découvrir, pour des régularités discursives». *Arqueologia do saber*, Paris, ed. Gallimard, 1969, p. 250.

fé, mas para tornar claro tudo o que se postula na doutrina»⁴. Isto revelaria uma predominância, diríamos, pedagógica no exercício da razão escolástica. Essa inequívoca intenção pedagógica estaria bem patente no termo «manifestatio», correntemente utilizado pelos pensadores escolásticos e que semanticamente aponta para a necessidade de que a razão tem de elucidar ou clarificar os seus passos lógicos ou gnoseológicos.

Esta noção concretizar-se-ia através de uma metodologia caracterizada pelo formalismo, pelo sentido da totalidade, da organização e sobretudo pelo procedimento lógico da distinção. Desta forma se compreenderia a necessidade epistemológica de os tratados medievais se organizarem em partes distintas, mas articuladas logicamente: as «partes», os «membra», os «articuli».

O princípio da clarificação teria o seu equivalente na arquitectura nos princípios da transparência, da totalidade e da divisibilidade. Transparência pelo facto de que a arquitectura gótica operar tecnicamente uma progressiva abertura à luminosidade natural através das rosáceas e dos vitrais, inexistente no românico; totalidade, bem patente na estrutura em cruz, que era simultaneamente suporte e local de convergência de todas as partes da catedral; divisibilidade porque essa mesma estrutura se desdobrava ou segmentava em diferentes partes harmonicamente interligadas.

Quanto ao segundo princípio, da conciliação dos contrários, ele é o núcleo interno do próprio método escolástico que se estrutura em três momentos argumentativos fundamentais: «videtur quod», «sed contra», «respondeo dicendum». O terceiro momento, síntese ou resolução dos dois anteriores e que frequentemente assumia um conteúdo intermédio dos dois primeiros, antitéticos entre si, representava a síntese do pensamento do autor, resultante de uma conciliação ou superação de posições teóricas contraditórias.

Este processo teria o seu equivalente em arquitectura na resolução de problemas de equilíbrio dinâmico colocados pela própria estrutura da catedral através de novos elementos, também inexistentes no românico, que representavam uma forma de síntese ou mediação entre estruturas arquitectónicas aparentemente difíceis de conciliar. Esses novos elementos seriam os arcobotantes, a abóbada de cruzaria em ogiva e o arco quebrado.

Estas homologias apresentadas por Panofsky são, creio, o núcleo inovador da sua reflexão. Pela clareza analítica que as torna

praticamente evidentes e pelo nível epistemológico profundo em que se situam.

Todavia, a noção de «habit-forming-force» que traduziria uma espécie de última instância dos dois princípios levanta sérios problemas. Panofsky praticamente não a define, tudo indicando que as ideias de «hábito» e «força» (esta extremamente ambígua) deslocam a reflexão para um terreno próximo da sociologia, aliás tão ao gosto do pensamento anglo-saxónico.

Estaríamos assim perante uma indefinição, resultado de uma articulação pouco clara entre níveis epistemológico e sociológico.

Esta constatação levou-me a considerar a hipótese de que Panofsky não teria interrogado suficientemente as questões epistemológicas, o que conduziria a um estudo mais analítico dos processos lógico-discursivos do pensamento escolástico. Esse estudo poderia abrir novas perspectivas de relacionamento com o gótico, e talvez a um posicionamento mais correcto da questão da articulação histórico-sociológica.

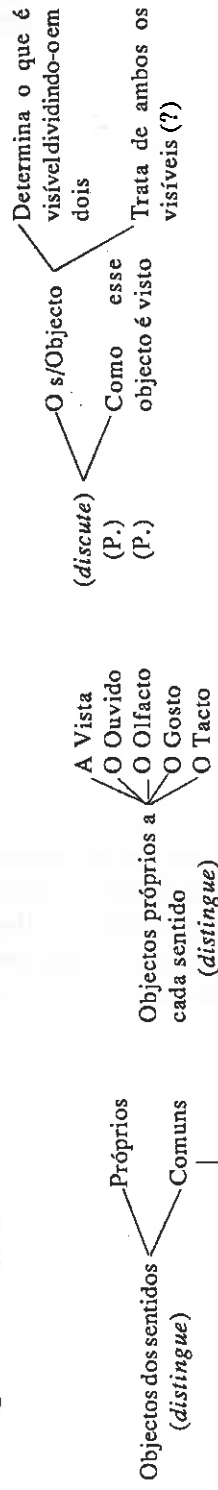
Nesse sentido selecionei dois artigos de S. Tomás, integrados no Livro II do Comentário ao «De Anima» de Aristóteles, uma das obras mais representativas da Escolástica Clássica.

A análise, apresentada em seguida, visa defenir aquilo que seria a «sintaxe conceptual» do pensamento de S. Tomás, nesses dois textos e eventualmente extensível a muitos outros já que a configuração da metodologia escolástica é relativamente uniforme.

Dos artigos, divididos em parágrafos apresentarei sucessivamente dois quadros analíticos, um que resume a conceptualização dos textos, outro que procura pôr em relevo a articulação lógica que subjaz a essa conceptualização. No fim retirarei algumas conclusões provisórias.

⁴ TOMÁS DE AQUINO, *Suma Teológica*, I, q. I, art. 8.

Parágrafo 399 — A — (Resumo da articulação lógico-conceptual)⁵



Objectos próprios do

sentido:

«aquele que cada sentido percebe por si exclusivamente»

(define)

sendo o objecto sensível de que o recipiente especial é a vista «o visível»

A Cor

No Visível (inclui)

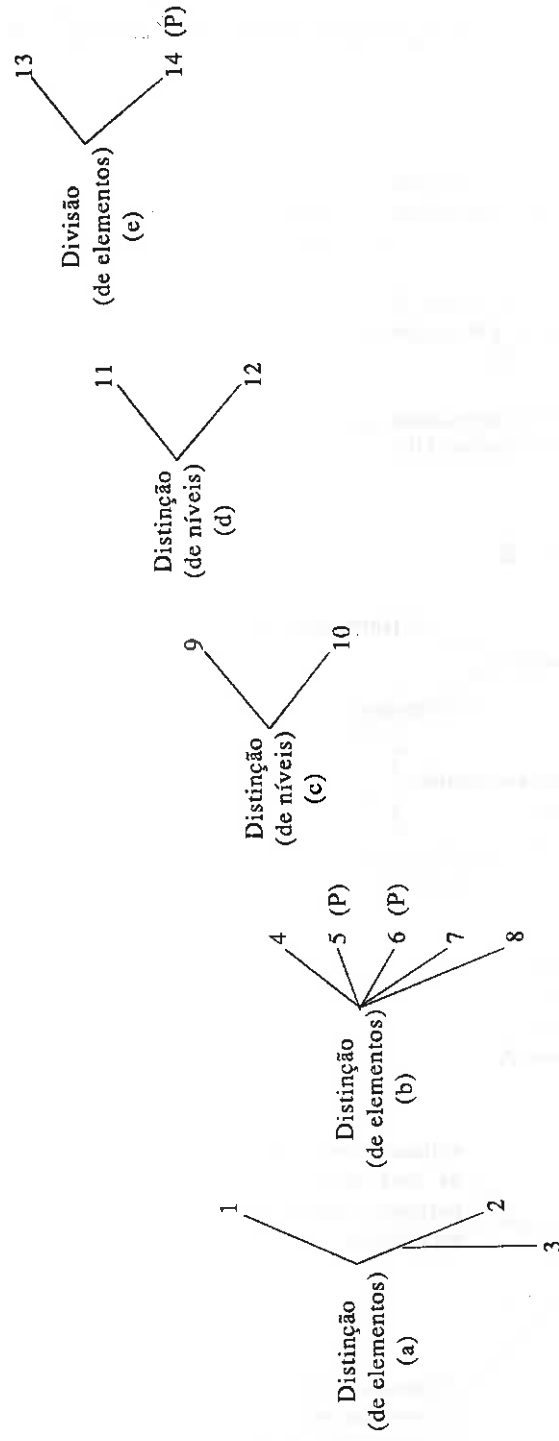
«Algo que não tem nome próprias mas que é aquilo que pertence às coisas que podem ser vistas de noite»

Conclusão:

«Começemos pela cor e o restante a seguir ficará mais claro»

⁵ Este resumo surge já de certa maneira formalizado, não só para tornar mais inteligível a articulação dos conceitos mas também para facilitar a leitura da articulação lógico-formal. As operações mais significativas aparecerão em itálico.

Parágrafo 399 — B — (Resumo da articulação lógico-formal)⁶



Definição / Desenvolvimento da definição

Divisão (de elementos) (h)

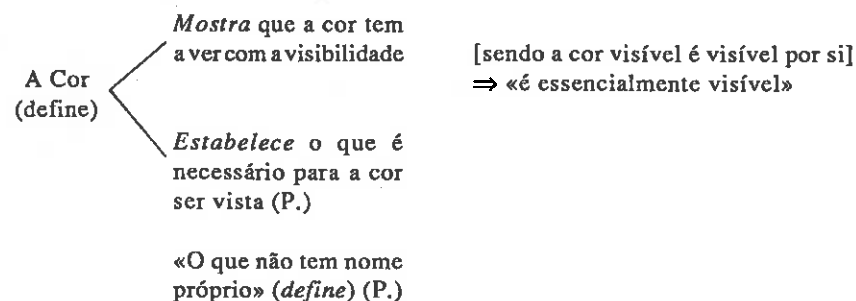
(f) (g)

Conclusão:

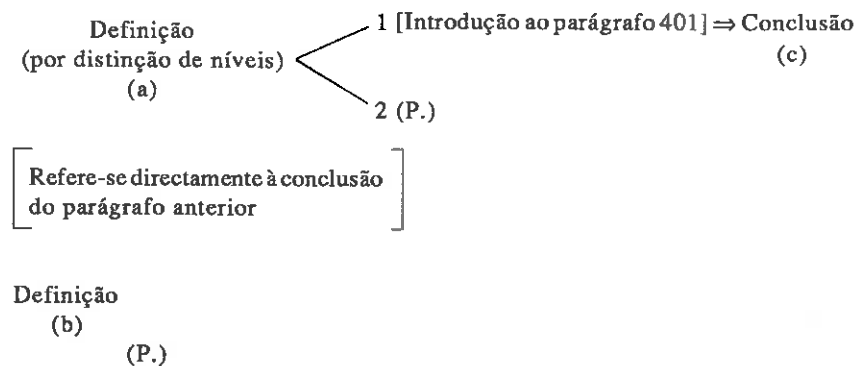
Introdução de toda a lição, particularmente até ao parágrafo 403

⁶As operações lógico-conceptuais mais importantes serão assinaladas com uma letra entre parentesis. O símbolo (P) indica que nessa passagem S. Tomás cita ou remete para Aristóteles.

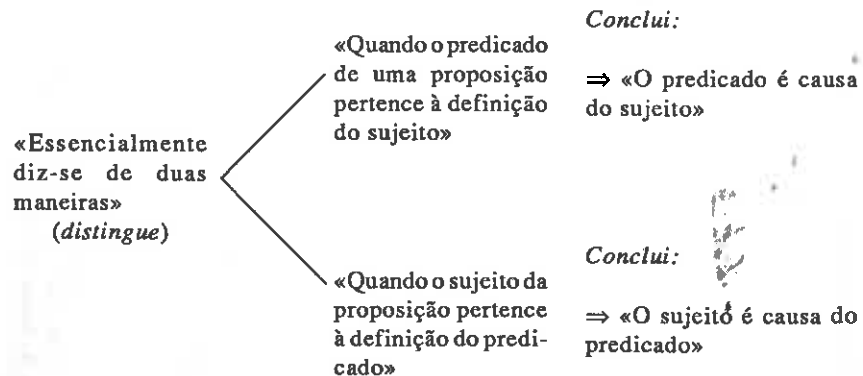
Parágrafo 400 — A



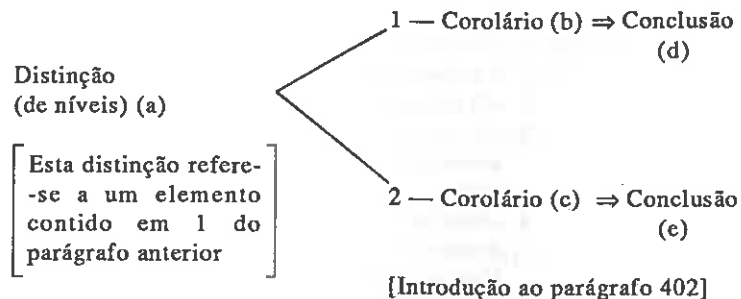
Parágrafo 400 — B



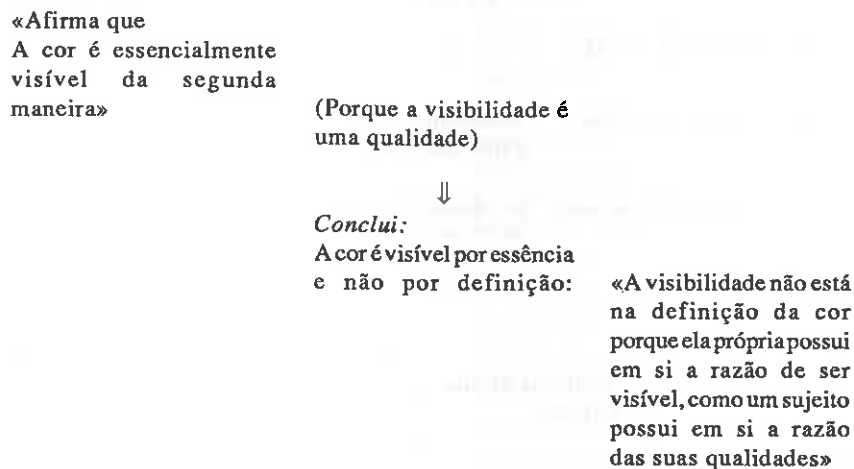
Parágrafo 401 — A



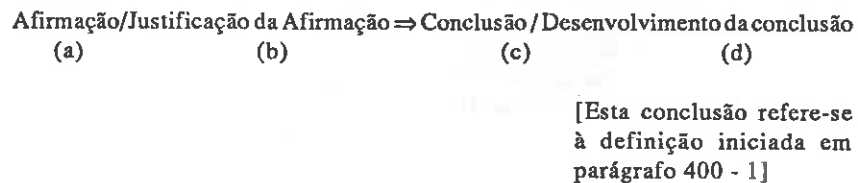
Parágrafo 401 — B



Parágrafo 402 — A



Parágrafo 402 — B



Parágrafo 403 — A

Justifica o raciocínio anterior:

1. «Todas as cores são capazes de afectar o que é actualmente diáfano»
2. «O diáfano é o mesmo que o transparente»
3. «A cor tem na sua natureza a capacidade de actualizar ainda mais uma transparência actual»
4. «Pelo facto de afectar o actualmente transparente é visível»
Conclui: «A cor pela sua natureza é visível»
5. «Pelo facto de o transparente ser transformado em acto pela luz...»
Conclui: «A cor só é visível com a luz»
Conclui finalmente: «Por tudo isto, antes de discutir o que é a cor, devemos discutir o que é a luz»

Parágrafo 403 — B

Justificação de afirmação (a) (Raciocínio silogístico que inclui cinco permissas e três conclusões) (b)

[Conclusão do parág. anterior] [A última conclusão é a introdução ao parágrafo 404]

Parágrafo 404 — A

Discute as coisas sem as quais a cor não pode ser vista: o transparente e a luz

1. *Explicita o transparente*
 - a) Se a cor é aquilo que pela sua natureza afecta o transparente, este é não aquilo que não tem cor intrínseca de modo a tornar-se visível por si mas aquilo que é receptivo à cor, e como tal se torna visível»
 - b) «A transparência não pertence aos corpos como qualquer actividade accidental mas como qualidade comum não só aos corpos compatíveis com a água e ao ar mas também aos corpos incorruptíveis, como os celestes»
Conclui: «Não veríamos as estrelas fixas da oitava esfera se as esferas mais próximas não fossem transparentes»
2. *Trata da actualidade do transparente: a luz (P.)*
3. *Mostra como o transparente é receptivo da cor (P.)*

Parágrafo 404 — B

Distinção (mista de elementos e níveis de abordagem de um tema) (a)

[Refere-se à definição do parágrafo 400 a) - 2]

- 1 — Afirmação / Afirmação / Conclusão (b) (c) (d)
- 2 — (P.)
- 3 — (P.)

Parágrafo 405 — A

Explicita o 2.º ponto: a luz

- 1 — *Afirmando a verdade:*
 - a) A luz é o acto da transparência ⇒
 - b) «Nem a água nem o ar são actualmente transparentes se não forem luminosos»
 - c) «O transparente é potência em relação à luz e à escuridão»
 - d) «A luz está para o transparente como a cor está para um corpo de dimensões definidas; cada um é o acto e a forma adequada daquele que o recebe»
Conclui: «A luz é a cor do transparente em virtude da qual o transparente é actualizado por alguns corpos luminosos, como o fogo, ou por corpos celestes»
- 2 — *Desfazendo um erro* [Remete para o parág. 406]

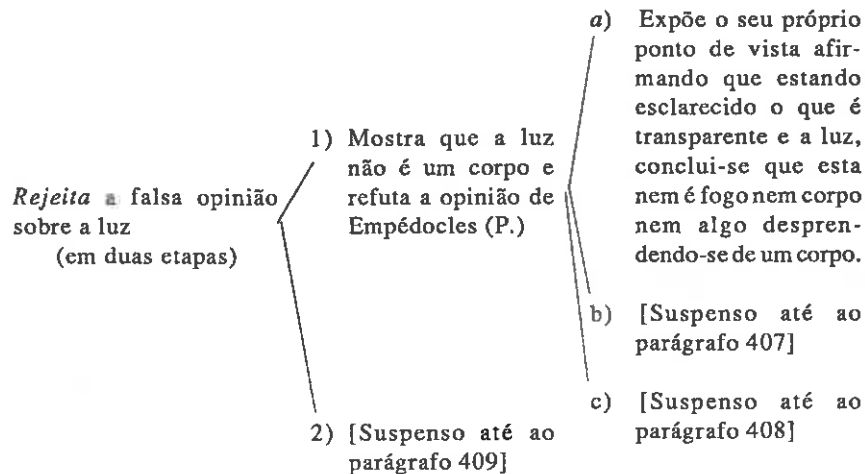
Parágrafo 405 — B

Definição (por distinção de níveis de abordagem) (a)

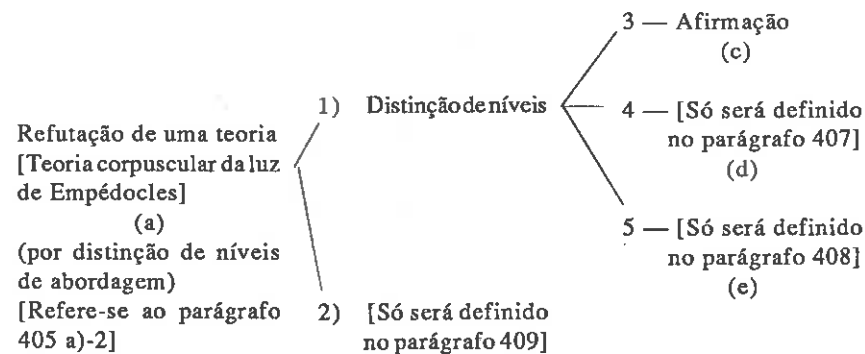
[Refere-se a a) - 2 do parágrafo 404]

- 1 — Afirmação / Corolário / Afirmação / Afirmação ⇒ Conclusão (b) (c) (d) (e)
- 2 — [Remete para o parágrafo seguinte]

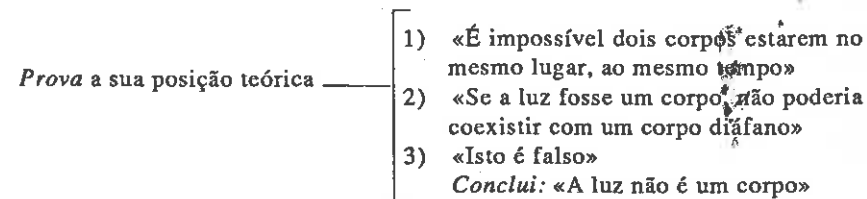
Parágrafo 406 — A



Parágrafo 406 — B



Parágrafo 407 — A



Parágrafo 407 — B

Justificação de afirmação

(a)

[Refere-se ao parágrafo 406, b)-1]

[Raciocínio silogístico com três premissas e uma conclusão]

Parágrafo 409 — A

Refuta a resposta a um argumento que poderia ser usado contra aqueles que sustentam que a luz é um corpo

1) «Se a luz fosse um corpo a iluminação deveria ser um movimento local da luz passando através do transparente»

2) «Nenhum movimento local de nenhum corpo pode ser súbito ou instantâneo»

Conclui: «Se a luz fosse um corpo, a iluminação seria não instantânea mas sucessiva, o que é falso»

Parágrafo 409 — B

Refutação de um argumento (P.)

(a)

[Esclarece o que fora anunciado no parág. 406 a)-2]

[Raciocínio silogístico com duas premissas e uma conclusão] (b)

[Segue-se uma nova conclusão no parágrafo seguinte]

Parágrafo 410 — A

Afirma que o argumento rebatido no parágrafo anterior é contrariado pela experiência

Justifica dizendo que:

«No mesmo instante em que o corpo luminoso se torna presente, o transparente é imediatamente iluminado e não parte após parte».

Conclusão final sobre Empédocles e os que apoiam a sua teoria:

- Eles erram ao dizer que:
- 1) «A luz nasce com o movimento local como nasce um corpo»
 - 2) «A luz é espalhada sucessivamente através do espaço»
 - 3) «A luz é o intermediário entre a terra e o seu invólucro»
 - 4) «Este movimento sucessivo escapa à nossa observação»
 - 5) «A totalidade do espaço nos parece ser iluminada sucessivamente»

Parágrafo 410 — B

Afirmção

(a)

[De acordo com a conclusão do parág. anterior]

Conclusão final

(c)

(com distinção de níveis)
[Refere-se aos parágs. 406, 407, 408, 409]

Justificação da afirmação

(b)

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Parágrafo 411 — A

Afirma que a posição de Empédocles é irracional

Justifica dizendo que:

«A iluminação do transparente só pressupõe a colocação de um corpo luminoso em frente do iluminado sem obstáculo intermédio»

Parágrafo 411 — B

Nova refutação do argumento de Empédocles

(a)

[Continuação do parágrafo 406-b)]

Justificação

(b)

Parágrafo 412 — A

Afirma que a posição de Empédocles contradiz as aparências

Justifica dizendo que:

«Dever-se-ia admitir que o movimento local sucessivo num pequeno espaço poderia escapar à nossa atenção, mas o facto de um movimento sucessivo de luz de leste a oeste do horizonte nos escapar à nossa atenção é tão improvável quanto impossível».

Parágrafo 412 — B

Nova refutação do argumento de Empédocles

(a)

[Continuação do parágrafo 406-b)]

Justificação

(b)

Parágrafo 413 — A

Afirma que o assunto em discussão está dividido em três:

- 1 — A natureza da luz
- 2 — A natureza da transparência
- 3 — A necessidade da luz para ver

Apresenta várias opiniões que têm sido tomadas sobre a natureza da luz:

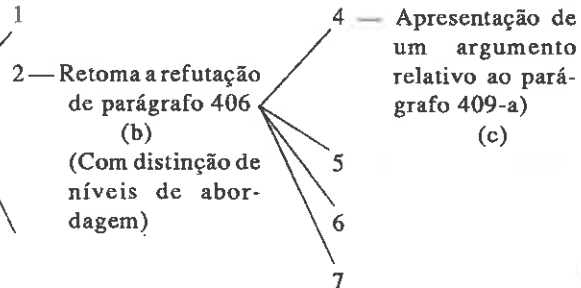
a) Algumas, como vimos, consideram que a luz é um corpo sendo conduzidos a esta posição por certas expressões ao falar da luz.

Ex.: Estamos habituados a dizer que um raio «atravessa» o ar, que é «reflectido», que o raio «intercepta», etc.

Parágrafo 413 — B

Recapitulação do parágrafo 404

(a)
(Por distinção de níveis de abordagem)



Parágrafo 414 — A

Afirma que esta teoria (refere-se a Empédocles) como já foi demonstrado por Aristóteles, a cuja posição se podem acrescentar os seguintes argumentos:

- 1) «É difícil verificar como um corpo pode ser simultaneamente multiplicado por todo o hemisfério ou passar a existir ou desaparecer, como acontece com a luz».
- 2) «É difícil ver como a simples intervenção de um corpo opaco extinguiria a luz em alguma parte de um corpo transparente se a própria luz fosse um corpo».
- 3) «Falar do movimento de repercussão da luz é usar metáforas como quando falamos do calor «penetrado»».

Parágrafo 414 — B

Nova refutação do argumento da corporeidade da luz a partir de argumentos pessoais.

(Com distinção de níveis de abordagem)

[Refere-se ao parágrafo 409]

1
2
3

Parágrafo 415 — A

Afirma que outros asseguram que a luz é de natureza espiritual, justificando com a utilização que é feita do termo «luz», ao falar de coisas intelectuais; por isso se diria que as coisas intelectuais possuem uma certa luz inteligível.

Refuta esta posição
[A justificação da refutação será apresentada no parágrafo seguinte]

Parágrafo 415 — B

Apresentação de um novo argumento
(a)

[Refere-se ao parágrafo 413-5]

Refutação desse argumento
(b)

[A justificação da refutação será apresentada no parágrafo 416]

Parágrafo 416 — A

Justificação da refutação do parágrafo anterior:

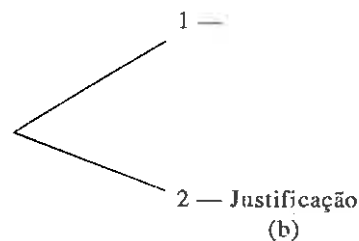
- 1) Porque é impossível que alguma natureza espiritual ou inteligível caia na apreciação dos sentidos, cujo poder sendo essencialmente corporal, apenas pode adquirir conhecimento das coisas corporais.
- 2) Se alguém disser que há uma «luz espiritual» além da luz apercebida pelos sentidos, não precisamos de argumentar desde que se admita que a luz percebida pelos sentidos não é de natureza espiritual.

Justifica esta afirmação:

— Não há razão para coisas completamente diferentes terem o mesmo nome.

Parágrafo 416 — B

Justificação de afirmação
(a)
(com distinção de níveis)
[Refere-se à refutação do parágrafo 415]



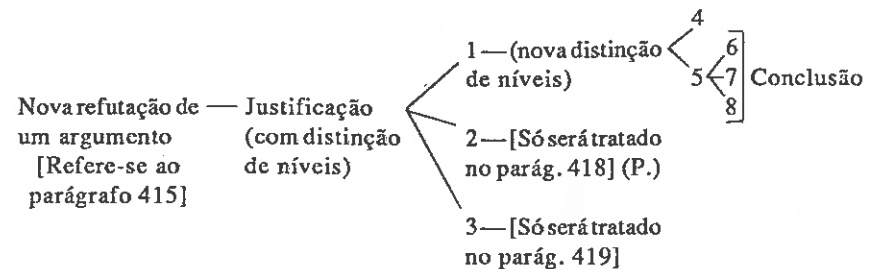
Parágrafo 417 — A

Afirma que a razão porque em-pregamos o termo «luz» e outras palavras referindo a visão do intellecto tem a ver com a dignidade especial do sentido da vista: é o mais espiritual e o mais subtil dos sentidos.

Justifica esta afirmação em dois passos:

- 1) Por causa do objecto da visão:
Porque:
 - a) «Os objectos são vistos por causa de propriedades que os corpos terrestres têm em comum com os corpos celestes».
 - b₁) «O tacto é receptivo a propriedades que pertencem aos elementos (tais como o calor e o frio)».
 - b₂) «O gosto e o olfacto percebem qualidades que pertencem a corpos celestes tanto quanto estes são compostos de calor e frio, humidade e secura».
 - b₃) «O som é devido ao movimento local que é comum aos corpos terrestres e celestes, mas que no caso do som é um tipo de movimento diferente do dos corpos celestes, de acordo com Aristóteles».
- Conclui: «Pela natureza do objecto, pode concluir-se que a visão é o mais elevado dos sentidos, seguido da audição e dos restantes».

Parágrafo 417 — B



Parágrafo 418 — A

Afirma que o argumento apresentado no parágrafo anterior é falso por causa do modo como o sentido da visão é exercido:

Justifica afirmando que nos outros sentidos aquilo que é espiritual, no seu exercício é sempre acompanhado de uma modificação material.

Define modificação material: «É aquilo que acontece quando uma qualidade é recebida por um sujeito de acordo com o modo material da própria existência do sujeito».

Define modificação espiritual: «É aquilo que acontece quando a semelhança de um objecto é recebida pelo órgão ou pelo intermediário entre o objecto e o corpo, causando conhecimento e não apenas uma forma na matéria».

Conclui: «Há uma diferença entre o modo de ser que uma forma sensível tem nos sentidos e aquele que tem na coisa sentida. No tacto, no olfacto, no som, há modificações materiais. No caso da visão apenas há modificação espiritual, sendo a mais próxima a visão».

Parágrafo 418 — B

Nova refutação do argumento da espiritualidade da visão

Justificação (inclui duas definições e uma conclusão)

(a)

(b)

[Refere-se ao parágrafo 417-6]

Parágrafo 419 — A

Apresenta o argumento daqueles que identificam a luz como sendo a manifestação da cor

Refuta esse argumento, afirmando que ele não se verifica nas coisas que brilham de noite, enquanto a sua cor permanece obscura.

Parágrafo 419 — B

Apresentação de novo argumento (a)

Refutação desse argumento (b)
[Continuação da refutação de parágrafo 406-3]

Parágrafo 420 — A

Apresenta o argumento daqueles que afirmaram que a luz era a forma substancial do sol e que o brilho procedendo daí, sob a forma de cores no ar, tinha a espécie de ser que pertence aos objectos que causam conhecimento por si mesmos.

Rejeita este argumento, justificando:

a) «Nenhuma forma substancial é por si mesma um objecto de percepção sensitiva; apenas pode ser intelectualmente apreensível.

E se é dito que aquilo que os sentidos vêem no sol não é a própria luz mas o esplendor da luz, não precisamos de disputar acerca de nomes, desde que seja garantido que aquilo a que nós chamamos luz, isto é a coisa apercebida pela visão, não é uma forma substancial».

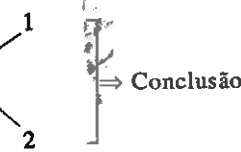
b) «Por mais simplesmente que o ser de uma coisa tenha causado conhecimento, não causa desse modo modificação material, enquanto os raios dos corpos celestes, de facto, afectam materialmente todas as coisas da terra».

Conclui: «Exactamente como os elementos corpóreos têm certas qualidades activas através das quais afectam materialmente as coisas, assim a luz é a qualidade activa dos corpos celestes; e esta luz está na terceira espécie da qualidade».

Parágrafo 420 — B

Apresentação de novo argumento (a)

Refutação desse argumento (com distinção de elementos) (b)
[Continuação da refutação do parágrafo 413-7]



Parágrafo 421 — A

Afirma que a luz é uma qualidade do corpo primário efectuator de modificação que não tem contrário.

Justifica que a luz não tenha contrário embora exista contrário do calor:

a) «Não há positivo contrário à luz pois não há lugar para a disposição contrária no seu recipiente. Por isso também a sua matéria, isto é, o corpo transparente é sempre como tal imediatamente disposto na sua forma. Assim a iluminação ocorre instantaneamente embora o que pode tornar-se quente só assim se torne por graus».

Retira desta definição os seguintes corolários:

«Esta participação ou efeito da luz no diáfano é chamada luminosidade; se isso acontece em linha directa a um corpo iluminado é chamado raio; se for causado pela reflexão de um raio sobre um corpo receptor de luz é chamado esplendor; luminosidade é o nome comum para qualquer efeito de luz no diáfano.

Parágrafo 421 — B

Afirmação conclusiva da exposição:
Definição de luz (a)
[Reporta a todos os parágrafos desde o parág.413]

Justificação da definição (b)
Corolário / (c)
/ Desenvolvimento do corolário (d)

Definição (e)
Definição (f)
Definição (g)

Parágrafo 422 — A

Afirma que tendo sido definida desta forma a luz, podemos agora com-preender o motivo porque certos corpos são actua l m e n t e luzentes, enquanto outros são diáfanos, outros opacos.

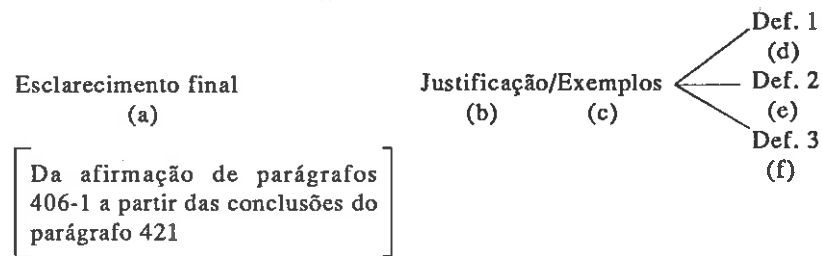
Esclarece esta afirmação justificando:

«Pelo facto de a luz ser uma qualidade do primeiro corpo efectuator de movimento, que é o mais perfeito e o menos material dos corpos, aqueles outros corpos que são o mais móveis possível para a actualização são actualmente luzentes; os seguintes nesta ordem são diáfanos; enquanto os corpos extremamente materiais que não são nem luminosos por si nem receptivos de luz, são opacos»

Ex.:

«Isto pode-se constatar nos elementos:
O fogo é luzente por si, embora a sua luz apenas apareça nas outras coisas;
— O ar e a água, sendo mais materiais são diáfanos;
— A terra, o mais material de todos, é opaca».

Parágrafo 422 — B

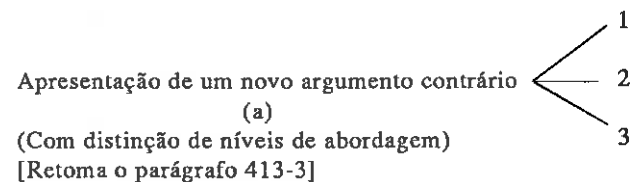


Parágrafo 423 — A

Apresenta um novo argumento contrário; o daqueles que invocando a necessidade da luz para a visão afirmam que:

- 1) Não apenas a visão mas também o objecto da visão, isto é a cor pressupõe a presença da luz
- 2) A cor como tal não tem poder para afectar um intermediário transparente
- 3) A cor faz isto apenas por intermédio da luz

Parágrafo 423 — B



Parágrafo 424 — A

Refuta este argumento invocando Aristóteles que afirma que a luz é necessária para a visão não por causa da cor mas por causa do intermediário transparente que a luz torna actual

Parágrafo 424 — B

Refutação de um argumento (P.)
(a)

[Refere-se ao parágrafo anterior]

Parágrafo 425 — A

Justifica a afirmação do parágrafo anterior em três passos:

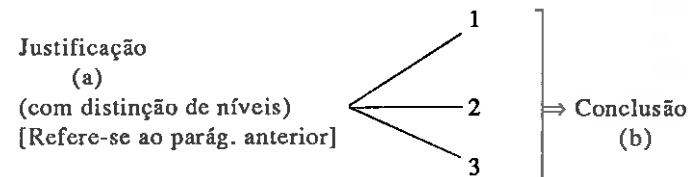
- a) «A forma é um princípio de efeitos assemelhando-se a si própria; logo, a cor sendo uma forma tem por isso, por si, o poder de imprimir a sua similitude no intermediário
- b) Existe uma diferença entre a forma como um total poder de actualização e a forma como um incompleto poder de actualização; a primeira é capaz não só de imprimir a sua similitude na matéria mas até de dispor da matéria a fim dessa similitude, o que não está sob o poder da segunda:
- c) O poder activo da luz é da última espécie

Conclui:

— Existe apenas uma espécie de luz embora esteja obscurecida pela matéria opaca;

— Só a luz é capaz de tornar o intermediário completamente disponível para receber a cor

Parágrafo 425 — B



A partir da análise feita, podemos retirar conclusões provi-sórias.

A primeira, mais evidente, e que se verifica em quase todos os parágrafos, consiste na aplicação constante dos mesmos lógicos e metodológicos. S. Tomás utiliza, ao nível da sintaxe lógico-discursiva, a distinção, a divisão e o silogismo como processos mais frequen-tes. Por outro lado, ao nível da morfologia lógico-discursiva, predominam a definição, a justificação, o corolário e a conclusão. Este procedimento confere ao texto, parágrafo por parágrafo, uma estrutura homogénea, coerente nas suas interrelações, podendo cada parágrafo ser lido como uma unidade complexa, mas inteligível na reversibilidade dos seus elementos e operações.

A segunda conclusão decorre do tipo de interrelação que se pode estabelecer entre os parágrafos. Remetendo uns para os outros dum forma frequentemente reversível, podem-se assinalar conexões de interdependência que transformam cada um deles numa estrutura aberta e relacional, só adquirindo sentido através da rede de conexões em que estão inseridos e que sendo frequentemente reversível, logo é multidireccional.

Podemos estabelecer as principais conexões de interdependência entre os parágrafos que constituem as duas lições de modo a obter o quadro seguinte:

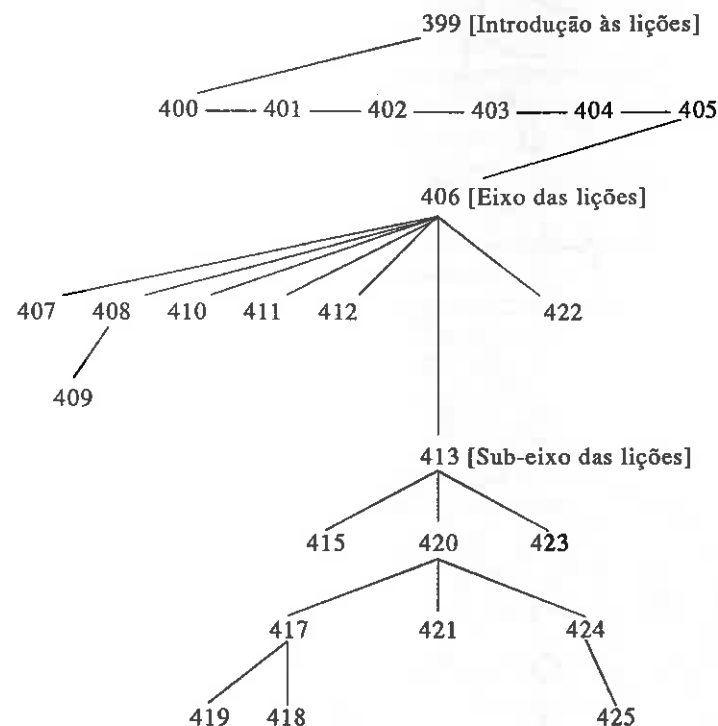
Parág. 399 — [Totalidade das lições 14 e 15]

Parág. 399 — Parág. 400

400 — 401
401 — 402
403 — 404
405 — 406
406 — 407
406 — 408
408 — 409
417 — 418
417 — 419
402 — 400
409 — 406
410 — 406
411 — 406
412 — 406
413 — 406
415 — 413
417 — 415
418 — 417

419 — 406
420 — 413
421 — 413
421 — 420
422 — 406
423 — 413
424 — 423
425 — 424

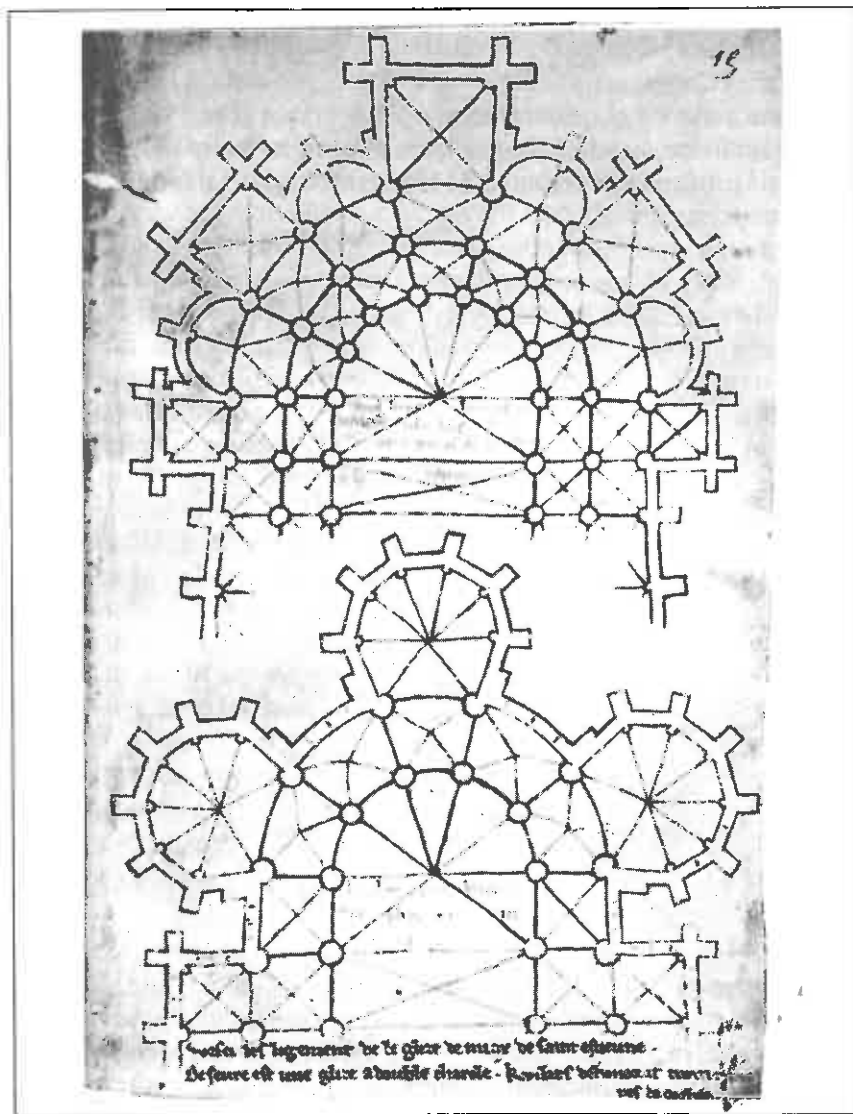
Esta rede de conexões permite-nos elaborar um esquema do tipo geométrico que daria conta, quase radiograficamente, da estrutura mais profunda da articulação lógico-discursiva das duas lições:



Este esquema que, sendo geométrico, deve ser interpretado organicamente, confirma que a estruturação lógica das lições acompanha a sua incidência temática. De facto, a questão central é a refutação da teoria de Empédocles, questão que é o núcleo dos parágrafos 406 e 413. Por outro lado, apresentando a arquitectura geral do texto, confirma-nos aquilo que já fora verificado na estrutura de cada parágrafo: a dominância do modelo expositivo

arborescente, fundamentado nas operações de distinção e divisão ⁷.

Em seguida, e para que possa ser melhor visualizada a possível homologia estrutural entre o pensamento de S. Tomás e a feitura das catedrais góticas, apresento dois estudos para a construção de dois monumentos significativos do gótico. O paralelismo será muito evidente.



⁷Gilles Deleuze chamou a atenção, de forma particular, para a dominância do «modelo arborescente» nas formas de inteligibilidade do pensamento ocidental: «Dans

Neste contexto, e a partir destes dados a questão das afinidades entre a arte gótica e o pensamento escolástico parecem poder adquirir um novo relevo.

Parafraseando Otto von Simson ⁸, «a estrutura adquire na catedral gótica uma dignidade estética que fora desconhecida em tempos mais remotos (...); não podemos entrar numa igreja gótica sem sentirmos que cada membro visível do grande sistema tem uma função a cumprir. Não há paredes mas apenas suportes; a massa e o peso da abóboda parecem ter-se contraído na teia robusta das nervuras. (...) Um elemento tão notável como a abóboda de cruzaria de ogivas é pois, em grande medida, não a causa mas a criação do grafismo geométrico do gótico. (...) Salvo raras excepções, os construtores góticos revelaram-se de poucas palavras quanto ao significado simbólico dos seus projectos, mas são unânimes em prestar tributo à geometria como base da sua arte» ⁹.

É este funcionalismo geométrico que subjaz aos princípios da totalidade, da divisibilidade e da conciliação dos contrários referidos por Panofsky, que nos pode abrir novas perspectivas de comparação com o método escolástico.

Reflectindo sobre a análise anterior ao comentário de S. Tomás, verifica-se de facto que a sua estruturação lógica, ao nível mais profundo, adquire uma fisionomia (fundamentada nas causalidades e correspondências entre parágrafos) aproximada do mesmo modelo geométrico funcional das catedrais góticas.

Todas as partes se interligam numa recíproca correspondência que se organiza em torno de pontos axiais, (veja-se no gráfico da pág. ?? a posição relativa dos parágrafos 399, 406 e 413) a partir dos quais derivam progressivamente e de forma gradativa as outras partes, no caso, os outros parágrafos.

Estaríamos assim perante não só uma correspondência de princípios como revelou Panofsky, mas perante uma autêntica homologia

un système hierarquique, un individu n'admet qu'un seul voisin actif, son supérieur hierarquique. (...) Les canaux de transmissions sont préétablis: L'arborescence préexiste à l'individu qui s'intègre à une place préciese. (...) C'est curieux, comme l'arbre a dominé la occidentale et toute la pensée occidentale, de la botanique à la biologie, l'anatomie, mais aussi la gnoséologie, la théologie, l'ontologie, toute la philosophie...: le fondement-racine, Grund, roots et fondation.» DELEUZE, Gilles — *Rhizome*, Paris: ed. de Minuit, 1976, p. 48 e 53.

⁸No primeiro esquisso está representado o plano de uma igreja com deambulatório duplo; no desenho de baixo, o plano da catedral de Saint-Étienne de Meaux. Ambos são do séc. XII. (Retirado de ROUSSEL, Roman — *La cathédral dans la cité*, Paris: ed. André Bonne, 1967, p. 72.

⁹SIMSON, Otto von — *A catedral gótica*, Lisboa, Presença, 1991, p. 27-64.

estrutural. Isto confirmaria a intuição de que na arquitectura gótica e no pensamento escolástico estamos perante os mesmos modelos de inteligibilidade, ou mais prosaicamente, perante a mesma maneira de «pensar e ver o mundo».

Se esta homologia era realizada de forma relativamente consciente, só a pesquisa histórico-documental poderá confirmar, no entanto tudo indica que estejamos perante modelos de inteligibilidade que pela sua transpessoalidade e interdisciplinaridade se integram no inconsciente colectivo de uma época e, como tal, só podem ser discernidos retrospectivamente ¹⁰.

Dá que a questão do relacionamento entre estas duas formas de expressão seja sobretudo antropológico-estrutural e só em segunda análise sociológica, pois nenhum modelo de inteligibilidade pode existir fora de um contexto sócio-cultural favorável e coerente nas suas práticas e no interrelacionamento dessas práticas.

Note-se contudo que os modelos de inteligibilidade aqui apresentados representam apenas uma faceta do complexo cultural que é a Baixa Idade Média. Se quiséssemos aproximar-nos de uma visão de conjunto, teríamos que analisar, pelo menos, o romance cavaleiresco, os textos místicos de inspiração agostiniana, franciscana, cisterciense, vitorina, a poesia dos goliardos, o românico remanescente. Todos eles se interceptaram no tempo e nos espaços culturais dos sécs. XI e XIV.

Entender até onde esses modelos nos condicionam ou nos constituem será uma questão interessante e pertinente, apesar da distância aparente que o devir histórico interpõe entre a sua emergência e a sua eventual residualidade contemporânea.

JOSÉ ACÁCIO CASTRO

¹⁰ O termo «inconsciente colectivo», neste contexto, não deve ser entendido numa acepção jungiana. De facto, não se trata de arquétipos de valor predominantemente simbólico, mas de modelos de inteligibilidade que pela sua uniformidade de formulação, universalidade de utilização e interdisciplinaridade não assumida conscientemente, obrigam a ser inseridos dentro da ampla noção de inconsciente colectivo.

Um certo Porto devoto no Porto do Liberalismo

A Arquiconfraria do Imaculado Coração de Maria

GERALDO J. A. COELHO DIAS

Os fenómenos históricos são sempre poliédricos, mas a Nova História, pretendendo ser globalizante, privilegiou o quantitativo e reduziu o religioso. Contudo, porque a religião tem sido uma das superestruturas da sociedade, ninguém pode negar a sua importância bipolar e a necessidade do seu enquadramento no estudo dos grandes movimentos políticos.

I — O enquadramento histórico-político

O Liberalismo implantou-se em Portugal com a revolução de 24-VIII-1820 no Porto. Tendo-se estabelecido com a promessa de erguer um regime político novo, mais consentâneo com o querer do povo, atraiu muita gente de bem, mesmo sacerdotes e religiosos como os beneditinos Frei Francisco de S. Luís, futuro Cardial Saraiva, e Frei Vicente da Soledade e Castro, primeiro Presidente das Cortes Constituintes de 1821-1822 ¹. Bem depressa, porém, apostou na confrontação política, e acabou por provocar o reaccionarismo conspiratório dos absolutistas. Mas o acompanhamento diacrónico do evoluir da situação política de 1820 a 1852 mostra que, mesmo

¹ RAMOS, Luís A. de Oliveira — *O Cardial Saraiva*, I, Porto, 1972; IDEM — *Da Ilustração ao Liberalismo*, Porto, Lello & Irmão, Editores, 1979; ID. — *Sob o signo das Luzes*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1987.